

Rennan **Thamay**

(I) mutabilidade  
das decisões  
do **STF**  
em matéria tributária

Mariana B. Baeta Neves Matsushita  
Prefácio

Aristóteles Moreira Filho  
Apresentação

De acordo com:

- EC 125/2022
- Jurisprudência do STF e do STJ
- Enunciados do Conselho da Justiça Federal e do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Thamay, Rennan

(1)mutabilidade das decisões do STF em matéria tributária / Rennan  
Thamay. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia

ISBN 978-65-260-0186-8

1. Brasil - Supremo Tribunal Federal 2. Coisa julgada - Brasil 3. Decisão  
judicial 4. Direito tributário - Brasil I. Título.

23-155865

CDU-34:336.2(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	5
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2. A ESTABILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS</b> .....	17
2.1. A segurança jurídica.....	23
2.2. Mecanismos de estabilidade das decisões judiciais .....	27
2.2.1. A coisa julgada.....	28
2.2.2. A preclusão .....	37
2.2.3. O trânsito em julgado .....	39
2.2.4. A prescrição?! .....	42
2.2.5. A decadência?!.....	42
<b>3. COISA JULGADA E IMUTABILIDADE</b> .....	45
3.1. Introdução.....	45
3.2. A formação da coisa julgada.....	45
3.3. Conceito de coisa julgada .....	47
3.4. Coisa julgada material x formal .....	48
3.4.1 A verdadeira <i>res iudicata</i> .....	49
3.5. Limites da coisa julgada .....	53
3.5.1. Introdução .....	53
3.5.2. Limites subjetivos .....	53
3.5.3. Limites objetivos .....	57
3.5.4. Limites temporais .....	67
3.5.5. Limites territoriais .....	69
<b>4. A COISA JULGADA E NORMATIVIDADE</b> .....	73
4.1. Introdução.....	73

4.2.	A coisa julgada no CPC/2015.....	81
4.2.1.	A definição de coisa julgada (art. 502).....	81
4.2.2.	A contemporânea compreensão do limite objetivo da coisa julgada (art. 503).....	83
4.2.3.	Aspectos decisórios que não fazem coisa julgada (art. 504).....	89
4.2.4.	A contemporânea compreensão do limite temporal da coisa julgada (art. 505).....	90
4.2.5.	A contemporânea compreensão do limite subjetivos da coisa julgada (art. 506).....	92
4.2.5.1.	Interpretação do art. 274 do Código Civil.....	97
4.3.	Preclusão e coisa julgada (art. 507).....	100
4.4.	A coisa julgada e a eficácia preclusiva (art. 508).....	103
<b>5.</b>	<b>COISA JULGADA, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PROCESSO SUBJETIVO</b> .....	<b>105</b>
5.1.	Introdução.....	105
5.2.	Processo subjetivo.....	105
5.3.	Aspectos do controle difuso.....	106
5.4.	Da formação e relativização da coisa julgada.....	109
5.5.	Situações de relativização da coisa julgada.....	112
<b>6.</b>	<b>COISA JULGADA, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PROCESSO OBJETIVO</b> .....	<b>115</b>
6.1.	Premissas basilares.....	117
6.2.	A Inconstitucionalidade.....	118
6.2.1.	A teoria da inconstitucionalidade de Jorge Miranda e suas influências para o controle de constitucionalidade.....	121
6.3.	Formas de controlar a constitucionalidade.....	124
6.4.	Aspectos do controle de constitucionalidade pela via judicial.....	129
6.5.	O controle de constitucionalidade abstrato como processo objetivo.....	133
6.6.	Controle Abstrato realizado pelo Supremo Tribunal Federal.....	139
6.7.	A inexistência de coisa julgada.....	176
<b>7.</b>	<b>A COISA JULGADA E FLEXIBILIZAÇÃO?!</b> .....	<b>193</b>
7.1.	Introdução.....	193
7.1.1.	(Im)possibilidade da relativização da coisa julgada.....	194
7.2.	A relativização da coisa julgada inconstitucional.....	206
7.3.	A relativização da coisa julgada em decorrência da fraude e conluio.....	208

7.4	A relativização da coisa julgada nos casos de exame de DNA.....	208
7.5.	A relativização da coisa julgada em caso de desapropriação por indenização injusta .....	211
<b>8.</b>	<b>A (DES)ESTABILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>	<b>215</b>
8.1.	Introdução.....	215
8.2.	A estabilidade, segurança jurídica e a coisa julgada em relações de trato sucessivo .....	216
8.3.	A estabilidade, segurança jurídica e a coisa julgada em matéria tributária ....	219
8.4.	A relativização da coisa julgada por vícios rescisórios (Ação Rescisória) .....	221
8.4.1.	A relativização da coisa julgada por vícios transrescisórios .....	227
8.4.2.	Prescrição, coisa julgada e rescisória: uma reflexão disruptiva.....	228
8.4.3.	Ação rescisória e posterior declaração de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal .....	238
8.5.	A relativização da coisa julgada por meio de ação declaratória .....	239
8.6.	A (des)estabilização das decisões e segurança jurídica: quais são as consequências? .....	240
8.7.	Limites e eficácia das decisões do Supremo Tribunal Federal .....	241
<b>9.</b>	<b>FIM DA COISA JULGADA NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA? .....</b>	<b>245</b>
9.1.	Princípios Tributários .....	245
9.2.	Tema 881 e 885 do STF.....	256
9.3.	Tributos, relativização e segurança? .....	258
9.3.1.	Trato Contínuo.....	258
9.3.2.	Trato Único .....	259
9.3.3.	Relativização da coisa julgada? .....	260
9.4.	Modulação de Efeito .....	262
9.4.1.	Eficácia <i>Ex tunc</i> .....	263
9.4.2.	Eficácia <i>Ex nunc</i> .....	265
9.4.3.	Instabilidade da Coisa Julgada? .....	267
9.4.4.	Retroatividade? .....	268
9.5.	Segurança Jurídica? .....	270
9.5.1.	Decisão Judicial e Loteria? .....	271
9.6.	Teses tributárias enfrentadas pelo STF.....	273
9.6.1.	PIS/COFINS.....	273
9.6.2.	ICMS .....	274

9.6.3. DIFAL.....	274
9.6.4. FUNRURAL.....	275
9.7. A possibilidade do Tema 881 e 885 para a proteção do contribuinte.....	276
9.7.1. A declaração de inconstitucionalidade de um Tributo.....	276
9.7.2. A aplicação do Tema 881 e 885 para a vedação ao confisco.....	279
9.8. Perspectivas?.....	280
<b>10. CONCLUSÃO.....</b>	<b>283</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>289</b>